

## VI. Orientações políticas

Leôncio Martins Rodrigues  
Adalberto Moreira Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM., and CARDOSO, AM. Orientações políticas. In: *Força sindical: uma análise sociopolítica* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 78-108. ISBN: 978-85-7982-020-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## VI. ORIENTAÇÕES POLÍTICAS

Este capítulo visa estudar as orientações políticas e preferências partidárias dos sindicalistas que participaram do congresso de fundação da Força Sindical. Dada a natureza do questionário, foram feitas apenas três perguntas sobre esse tema: partido de preferência, partido em que estavam filiados e votação no primeiro turno das eleições presidenciais. A introdução desta última questão, sem o complemento do voto no segundo turno, visava apreender a preferência eleitoral dos delegados, manifesto na opção primeira por um dos muitos candidatos que, sem grande esforço, poderiam ser distribuídos num espectro ideológico compreendido entre os polos “esquerda” e “direita”, independentemente da opção por um dos dois candidatos finalistas. Ao mesmo tempo, esperava-se poder estabelecer o grau de consistência do voto, com base na preferência partidária e nas questões relativas às atitudes com respeito à ação sindical.

### *Considerações gerais*

Nada menos do que quinze partidos, de todos os matizes, foram mencionados espontaneamente como os preferidos pelos delegados.<sup>1</sup> Esse dado dá uma medida da pluralidade partidária que caracterizou o congresso da Força Sindical, em sua primeira versão.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Aproximadamente 24% dos delegados não responderam a este quesito. Se o tivessem feito, talvez o número de partidos mencionados aumentasse, dada a dispersão das respostas. Uma dispersão mais regular por um número pequeno de partidos permitiria uma suposição de que os não respondentes tenderiam a se distribuir de maneira proporcional as porcentagem encontradas. Por outro lado, não se pode excluir a hipótese, embora não tenhamos meios para verificá-la, de que uma porcentagem relevante dos que não responderam terá, talvez, manifestado com isso a preferência por nenhum partido ou de que tenha votado em Collor, cuja candidatura não encontrava simpatia no meio sindical.

<sup>2</sup> No III Congresso da CUT, 91% dos delegados apontaram o PT como o partido de sua preferência. No congresso estadual, realizado no Rio Grande do Sul, que escolheu os delegados para o III CONCUT, realizado em 1988, mais de 94% dos delegados externaram a mesma opinião. Isto é ainda mais representativo da homogeneidade partidária da CUT do Rio Grande do Sul, considerando-se que esse Estado votou maciçamente em Brizola no primeiro turno das eleições presidenciais, enquanto 91,34% dos delegados ao referido congresso estadual manifestaram sua intenção de votar em Lula, nesse mesmo turno. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

Quadro V-1  
*Preferência e filiação partidária*

<i>Partido</i>	<i>Preferido</i>	<i>Filiado</i>
PT	17,7	4,2
PMDB	16,9	4,1
PDT	16,6	4,4
PSDB	13,5	3,6
PCB	5,1	2,7
PC do B	1,5	0,5
Outros	8,9	5,9
Nenhum	19,8	74,6
Total	100,0	100,0
N	878	1.099

As seguintes observações podem ser extraídas da análise do quadro precedente:

- 1) A forte dispersão das opções político-partidárias dos delegados. Note-se que nenhum dos partidos obteve mais de um quinto das preferências, enquanto a proporção de filiados a partidos é muito baixa, sendo sempre inferior a 5%.
- 2) Quatro partidos (PT, PMDB, PDT e PSDB) concentram cerca de 65% das preferências dos delegados.
- 3) A distribuição das preferências entre esses partidos é bastante equilibrada.
- 4) Embora por pequena diferença com relação aos demais partidos – notadamente com relação ao PMDB –, o PT aparece em primeiro lugar na preferência dos delegados (frequência modal). O fato não deixa de ser surpreendente se considerarmos, em primeiro lugar, que a Força Sindical e seu dirigente máximo constituem os principais opositores da CUT e, em segundo lugar, que entre os integrantes da Direção Nacional somente 3% apontaram o PT como o partido de sua preferência.
- 5) As preferências partidárias de pelo menos a metade dos delegados vão em direção de partidos que se dizem e podem ser considerados de esquerda (PT e PCs) ou de partidos que poderiam ser classificados de centro-esquerda (PSDB, PDT). Consequentemente, a proporção dos que seriam favoráveis a partidos de direita é bastante pequena, contrariando as opiniões prevalecentes nos meios

sindicais e na opinião pública de esquerda de que a Força Sindical seria uma central que agruparia basicamente sindicalistas de direita ou “coloridos”.

- 6) Um quinto dos delegados declarou não preferir nenhum partido, dado que, ao lado da baixa filiação a partidos, reforça as observações relativas ao baixo coeficiente de politização da entidade.

### *As preferências partidárias da DN*

No tocante à Direção Nacional, também aproximadamente quatro quintos dos seus integrantes preferem partidos que se autoclassificam como de esquerda ou centro-esquerda.<sup>3</sup> Mas, na alta liderança da Força Sindical, como já foi salientado, a preferência pelo PT sofre forte queda, baixando para 3%, enquanto o PCB (atual PPS) sobe significativamente para 11% e o PC do B desaparece. Outra diferença importante entre a massa de delegados e os integrantes da Direção Nacional diz respeito ao PMDB, que tende a ser preferido por uma porcentagem maior de sindicalistas (23%) da direção do que da base (17%). A mesma observação poderia ser estendida ao PDT. Entre os delegados, lembremos, 16% aproximadamente preferiam o partido de Brizola, enquanto entre os membros da Direção Nacional a proporção chegou a 28%, o que faz com que o PDT seja o partido preferido pela maior porcentagem de dirigentes da Força Sindical (frequência modal). Se o PT pode ser considerado como um partido mais a esquerda do que o PDT, o PSDB, o PMDB e o PCB, as posições políticas dos integrantes da Direção

---

<sup>3</sup> Na Assembleia Constituinte, entre os deputados do PMDB, 22% se colocaram no centro do espectro ideológico, enquanto 74% se declararam de centro-esquerda. No caso do PDT, 95% de seus deputados se declararam de centro-esquerda. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, *Quem é Quem na Constituinte. Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*, São Paulo, OESP-Maltese, 1987. Por sua vez, Bolívar Lamounier, compilando a caracterização ideológica dos constituintes, elaborada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, aponta que 41,4% dos pemedebistas foram colocados como “de centro” e quase 14%, classificados como “de centro-direita”, antes do início dos trabalhos constituintes. Essa situação terá, talvez, mudado no sentido de acentuar o perfil centrista ou centro-direitista do PMDB, mantidos os critérios da *Folha* utilizados por Lamounier. Isso porque a ala mais à esquerda desse partido fundaria, no correr da Constituinte, o PSDB, mudando as proporções da composição ideológica do PMDB rumo a um perfil “mais conservador”. Cf. Bolívar Lamounier, *Partidos e Utopias: Brasil no Limiar dos Anos 90*, São Paulo, Loyola, 1989. Sobre a composição ideológica da Constituinte, ver também David Fleischer, “O Congresso Constituinte de 1988: Um Perfil Socioeconômico e Político”, Brasília, UnB, 1987 (mimeo).

Nacional estão ligeiramente mais à direita do que as da massa de delegados. Mas essa conclusão deve ser recebida com algum cuidado, porque os dados da pesquisa sugerem uma maior “despolitização” dos delegados com relação à direção, podendo a maior opção pelo PT ser interpretada como algo que não traz consigo um compromisso maior com esse partido, como um voto de protesto geral.

No conjunto, correndo todos os riscos do esquematismo, e considerando o PSDB, o PDT e o PCB como sendo de esquerda, poder-se-ia classificar as preferências eleitorais e partidárias na alta cúpula da Força Sindical como divididas entre os partidos de centro e centro-esquerda, fato que parece contraditório com a carta de princípios da Força Sindical. Mas, tal como acontece com a massa de delegados, também a intensidade das adesões político-ideológico da Direção Nacional não parece tão forte a ponto de orientar as ações sindicais de seus integrantes. Nesse sentido, note-se que cerca da metade da Direção Nacional não está filiada a partido nenhum e que aproximadamente um terço está filiada a partidos que não exigem uma militância e engajamento ideológicos maiores, como é o caso do PMDB e do PDT. Considerando-se esses dados, nossa hipótese e a de que justamente o baixo teor de ideologia e que possibilita a existência de um pluralismo político no interior da Força Sindical e a preferência de seus sindicalistas e dirigentes por partidos de esquerda ou centro-esquerda que têm uma orientação política mais nacionalista e estatizante em contraposição à filosofia política adotada pela Força Sindical. Esse pluralismo constitui-se, e provavelmente mantém-se, em ampla medida em função de uma rejeição comum à CUT e ao PT. Assim, face a uma corrente sindical ideologicamente mais definida e agressiva influenciada pelo PT, os sindicalistas menos engajados ideologicamente teriam sido estimulados a se agrupar numa central cujo perfil político se define fundamentalmente pela oposição à CUT e, conseqüentemente, a uma atuação sindical de esquerda. Uma indicação nesse sentido, no caso da Direção Nacional, e a forte rejeição a Lula, como candidato, e ao PT, como partido, contrariamente ao que aconteceu entre a massa de delegados. Essa comum rejeição ao tipo de sindicalismo representado pela CUT favoreceria a união de sindicalistas com preferências partidárias variadas, mas não muito intensas e os estimularia a se agrupar numa central sindical que defende um programa que, em múltiplos sentidos, afasta-se das opções partidárias de esquerda e centro-esquerda majoritárias na Força Sindical. (Voltaremos a essa questão ao final deste capítulo).

*Quadro V-2*  
*Direção Nacional, Preferência partidária,*  
*filiação partidária e voto para a presidência no primeiro turno*

<i>Partido</i>	<i>Preferido</i>	<i>Filiado</i>
PMDB	23,0	15,6
PSDB	13,1	4,7
PDT	27,8	14,1
PCB	11,5	7,8
PT	3,3	1,6
PC do B	–	–
Outros	4,9	6,3
Nenhum	16,4	49,9
Total	100,0	100,0
N	65	65

#### *A dispersão das preferências eleitorais*

Tal como havia ocorrido com relação aos partidos, notou-se com relação às preferências eleitorais dos sindicalistas da Força Sindical – medidas pelo voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 – elevada dispersão. Considerando-se os candidatos mais votados para a disputa presidencial pela massa de delegados, quatro candidatos (Lula, Collor, Brizola e Covas) abrangem, com destaque para a preferência por Lula, aproximadamente quatro quintos dos votos.

Mesmo que a distância que separa Lula dos demais seja de aproximadamente dez pontos percentuais, vê-se que não houve um candidato que concentrasse a maioria absoluta das preferências. Desse modo, pode-se falar numa dispersão das escolhas eleitorais dos sindicalistas da Força Sindical, dado que, conjugado com a dispersão das preferências partidárias e com a proporção relativamente elevada dos que não preferem nenhum partido, permite-nos dizer que se trata de uma central sindical politicamente heterogênea, com alguma inclinação para a esquerda ou centro-esquerda, pois cerca da metade dos delegados votou em partidos que se proclamavam como tal.<sup>4</sup> Se incluirmos o voto em Mário Covas nesse cálculo, 68% votaram em candidatos de esquerda ou de centro-esquerda.

<sup>4</sup> Certamente, o PDT brizolista não tem o mesmo corte esquerdista do PT e dos PCs. Entretanto, não só seus deputados se classificam como de centro-esquerda como, na campanha presidencial,

*Quadro V-3*  
*Voto para a presidência no primeiro turno*

Lula	27,4
Covas	17,9
Brizola	17,6
Collor	14,7
Freire	5,4
Outros	5,4
Não votou	11,6
Total	100,0
N	1.069

#### *A Direção Nacional*

Tal como aconteceu com relação às opções partidárias, no tocante às orientações eleitorais notou-se forte discrepância entre as posições da massa de delegados e as da Direção Nacional. É certo que também entre a alta cúpula as preferências eleitorais estão dispersas por quatro candidatos principais, mas a ordem de preferência difere da encontrada entre os delegados. A diferença mais forte diz respeito à atitude com relação a Lula. O candidato do PT, que no conjunto dos delegados vinha em primeiro lugar, com 27% das preferências, entre os membros da Direção Nacional aparece em quarto, com 10%. A segunda discrepância diz respeito a Brizola. Entre os delegados, o candidato do PDT obtivera cerca de 18% dos votos, próximo de Covas e Collor. Mas, entre os membros da Direção Nacional, Brizola sobe para quase um terço das preferências. O terceiro aspecto diferenciador refere-se a Roberto Freire. Entre os delegados, o candidato do ex-PCB não passou de 5%, mas entre a alta liderança da Força Sindical ascendeu para aproximadamente 16%, fato que se relaciona à preferência pelo PCB manifestada por aproximadamente 12% da Direção Nacional e que indica o peso relativamente grande de dirigentes e ex-dirigentes comunistas, ou ex-comunistas, na direção da Força Sindical. Já no tocante a Collor, encontramos praticamente a mesma proporção de delegados e de membros da Direção Nacional que declararam ter votado no candidato vencedor (14%).

Leonel Brizola apresentou-se ao público como a alternativa de esquerda a Collor. Por isso o posicionamos no campo da esquerda. Desse modo ampliamos e diversificamos o sentido do termo “esquerda”, mas julgamos que, no nível de generalização em que estamos analisando as preferências partidárias dos delegados, os prejuízos não são muito acentuados.

*Quadro V-4*  
*Direção Nacional*  
*Voto para a presidência no primeiro turno*

Brizola	31,7
Covas	22,2
Freire	15,9
Collor	14,3
Lula	9,5
Outros	3,2
Não votou, não se lembra	3,2
Total	100,0
N	65

### *Preferências partidárias e cargos na diretoria*

Cumpriria, a esta altura, diferenciar os delegados que estão filiados a partidos dos que não estão. Com base nos dados já apresentados, pode-se dizer que, em que pese a forte congruência entre filiação e preferência partidárias, é possível que o partido de filiação continue sendo importante na orientação das escolhas e na constituição das preferências políticas dos delegados que estão filiados. Em suma, para estes o discurso “apartidário” não terá, talvez, validade em sua prática sindical cotidiana.

A tabela seguinte mostra que os filiados a partidos que ocupam cargo na diretoria são, na sua grande maioria, dirigentes de cúpula dos sindicatos: 80% ou mais dos delegados filiados a partidos são presidentes, ou vice-presidentes, ou secretários, ou tesoureiros em seus sindicatos. A exceção aqui é dada pelos que estão inscritos no PT e nos PCs. É claro que não se pode esquecer que os filiados a partidos são apenas 27% dos delegados. E deve ser pesado, ainda, o fato de que justamente os delegados filiados ao PT e aos PCs ocupavam cargos relativamente inferiores na hierarquia sindical, se comparados com os demais. Por outras palavras, as partidos cujos programas são mais bem delineados; cujo corte ideológico é pronunciado e, por isso mesmo, tendente a vincular seus filiados e militantes segundo estrita disciplina partidária; que oferecem instrumentos de análise do mundo e projetos alternativos de sociedade; que se põem como alternativa; em suma, partidos ideológicos, que moldam mais fortemente as atitudes de seus militantes, justamente esses partidos estão mais distantes das cúpulas sindicais, na pessoa dos delegados filiados a eles. Na realidade, em princípio,

esse distanciamento não seria de se esperar de parte dos sindicalistas mais à esquerda, especialmente simpatizantes do PT e do PC do B. Como será discutido mais adiante, há elementos que permitem supor que a opção pelo PT e por Lula, especialmente, não é muito intensa e consistente, fato que explicaria a participação desses delegados num congresso de uma central que visa competir com a CUT e que tem um programa oposto ao dessa central e ao do PT. A adesão à Força Sindical de parte dos sindicalistas que tem simpatia pelo PT como partido e que votaram em Lula no primeiro turno seria totalmente inexplicável, a não ser que consideremos que os delegados que estavam nessa situação são pouco politizados e informados tanto com relação ao programa e objetivos da Força Sindical como com relação aos da CUT e do PT.

*Tabela V-1*  
*Partido de filiação, segundo cargo na entidade*

<i>Cargo na diretoria</i>	<i>Partido de filiação</i>							
	<i>PMDB</i>	<i>PSDB</i>	<i>PDT</i>	<i>PT</i>	<i>PCB</i>	<i>PC do B</i>	<i>Outros</i>	<i>Nenhum</i>
Presidente e vice-presidente	44,1	50,0	48,7	23,1	8,6	33,3	45,0	26,8
Secretaria e tesouraria	29,4	28,6	32,4	28,2	21,7	33,3	27,5	30,1
Cons. Fisc.	5,9	3,6	5,4	7,7	8,7	-	3,9	15,0
Outros	20,6	17,8	13,5	41,0	61,0	33,3	23,6	28,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	34	28	37	39	23	3	51	605

Obs: Estão excluídos os que não indicaram partidos de preferência.

Como se vê, aproximadamente 73% dos filiados ao PMDB, 79% dos filiados ao PSDB e 81% dos filiados ao PTD ocupam os principais cargos da diretoria (presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria), ao passo que, no caso dos que são membros do PT, a proporção é de cerca de 51% e no dos PCs gira em torno de 30%. Assim, os petistas e os comunistas do PCB tendem a ocupar posições secundárias nas diretorias de seus sindicatos em comparação com diretores filiados aos três partidos acima referidos. Consequentemente, esse fato contribui para deixar a Executiva e a Direção Nacional da Força Sindical mais à vontade para uma orientação pragmática e politicamente mais flexível no que toca ao relacionamento com líderes políticos de diferentes partidos e com o próprio governo. Reforça essa orientação o fato de que, entre os que indicaram “outros partidos”, quase a metade ocupa a presidência e a vice-presidência de sindicatos.

### *Voto e partidos: uma relação forte*

O cruzamento das informações a respeito de preferência partidária e voto para a presidência revela que, para uma parte significativa dos delegados do primeiro congresso da Força Sindical (a parte referente aos que fizeram opção por partidos de esquerda e que votaram em candidatos desses partidos), a escolha dos candidatos, no primeiro turno, sofreu o filtro da preferência partidária. Em outros termos, a grande maioria dos delegados votou no candidato do partido preferido e declarou preferir o partido do candidato em quem votou. A exceção importante foi o voto em Fernando Collor de Mello, que, aparentemente, não foi afetado por aquela preferência.

*Tabela V-2  
Partido preferido e voto nas eleições presidenciais*

<i>Partido que prefere</i>	<i>Voto no Primeiro Turno</i>							
	<i>Brizola</i>	<i>Covas</i>	<i>Lula</i>	<i>Collor</i>	<i>Freire</i>	<i>Outro</i>	<i>Nãovotou</i>	<i>Total</i>
PMDB	10,2	17,5	19,0	20,4	0,7	24,2	8,0	100,0
PSDB	4,6	76,0	7,4	6,5	0,9	0,9	3,7	100,0
PDT	69,4	6,7	8,2	9,0	1,5	2,2	3,0	100,0
PT	3,2	1,9	85,2	-	-	-	9,7	100,0
PCB	6,8	-	13,6	6,8	66,0	-	6,8	100,0
PC do B	-	15,4	76,9	-	7,7	-	-	100,0
Outros	9,2	15,8	19,7	26,3	1,3	5,3	22,4	100,0
Nenhum	12,5	18,8	17,5	23,1	3,1	5,6	19,4	100,0
N	147	162	235	107	40	50	85	826

A comparação dos dados acima com os da próxima tabela mostra que a maior consistência entre voto e preferência partidária está entre os simpatizantes do PT, seguidos dos do PSDB e do PDT: 85%, 76% e 69% dos que declararam preferir esses partidos votaram em Lula, Covas e Brizola, respectivamente, no primeiro turno. Já os simpatizantes do PMDB, como aconteceu com outros segmentos do eleitorado brasileiro, tenderam a abandonar o candidato desse partido e a distribuir seus votos pelos demais candidatos, especialmente entre Collor (20%), Lula (19%) e Covas (18%). Mas cumpre observar de outro ângulo a relação preferência por partido e voto para presidente.

Como indica a tabela que se segue, 63% dos delegados que votaram em Brizola declararam preferir o PDT aos outros partidos. Essa mesma relação não se estabelece entre os que votaram em Lula. Embora os que

declararam sua preferência pelo PT tenham votado maciçamente naquele candidato (perto de 85% o fizeram), apenas pouco mais da metade (55%) dos que votaram em Lula declararam preferir o PT entre os outros partidos. Por outras palavras, se podemos esperar que os petistas tenham votado em Lula, não se pode esperar, com a mesma segurança, que os que votaram nesse candidato tenham simpatia pelo PT, fato indicativo de que a intensidade do vínculo ideológico com o PT é fraca, ao contrário do que acontece com os brizolistas, onde o voto pelo candidato se associa mais fortemente à preferência pelo partido. Na verdade, essa baixa associação entre o voto por Lula e a preferência pelo PT seria de se esperar, pois, como foi salientado antes, muito dificilmente os que têm forte preferência por esse partido, especialmente em se tratando de dirigentes sindicais, iriam participar da fundação de uma central sindical que tem como um de seus objetivos suplantarem a CUT.

*Tabela V-3  
Voto nas eleições presidenciais e preferência partidária*

<i>Partido</i>	<i>Brizola</i>	<i>Covas</i>	<i>Lula</i>	<i>Collor</i>	<i>Freire</i>	<i>Outros part.</i>	<i>Não votou</i>	<i>Total</i>
PMDB	9,5	14,8	11,1	26,2	2,5	66,0	12,9	16,6
PSDB	3,4	50,6	3,4	6,5	2,5	2,0	4,7	13,1
PDT	63,3	5,6	4,7	11,2	5,0	6,0	4,7	16,2
PT	3,4	1,9	55,6	-	-	-	17,6	18,6
PCB	2,0	-	2,6	2,8	72,5	-	3,5	5,3
PC do B	-	1,2	4,3	-	2,5	-	-	1,6
Outros	4,8	7,4	6,4	18,7	2,5	8,0	20,0	9,2
Nenhum	13,6	18,5	11,9	34,6	12,5	18,0	36,6	19,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	147	162	235	107	40	50	85	826

O voto em Mário Covas apresenta distribuição mais próxima da de Lula do que da de Brizola ou Roberto Freire: uma grande maioria (76%) dos que se declararam simpatizantes do PSDB votou em Covas, mas apenas metade dos eleitores de Covas declararam preferir o PSDB aos outros partidos. Aqui também, metade da votação em Covas não pode ser atribuída ao fato de o delegado preferir o PSDB. Covas, aliás, foi quem recebeu, entre os candidatos de tendência à esquerda, o maior número de votos de delegados que declararam não ter preferência por “nenhum partido”: quase 19% de seus votos vieram desses delegados.

Fernando Collor de Mello recebeu o voto de delegados que declararam preferência por todos os outros partidos, exceto dos simpatizantes do PT. Um quinto dos que declararam preferir o PMDB votou em Collor, e um quarto dos que o fizeram eram simpatizantes do PMDB. Mesmo simpatizantes do PDT votaram em Collor. Porém, o fato mais interessante, aqui, é que 34% dos que votaram em Collor declararam não ter preferência partidária. Isto é, não apenas a escolha desse ou daquele partido não foi capaz de influenciar o voto em Collor como ainda a maioria dos que votaram nele não tinha qualquer opção partidária. Num certo sentido, o voto nesse candidato foi mais “personalista” do que o voto nos demais, em especial nos candidatos dos partidos mais de esquerda.

Ainda que as pesquisas de opinião tenham mostrado que, nas eleições de 1989, a preferência partidária teve pouca importância na definição do voto do eleitorado brasileiro como um todo, isso não ocorreu com os que votaram nos partidos de esquerda e no PSDB. Tal como aconteceu com os delegados ao congresso da Força Sindical, observou-se na população brasileira uma enorme dispersão dos votos dos simpatizantes do PMDB por todos os candidatos do primeiro turno da eleição presidencial. E o voto em Collor foi majoritariamente declarado por aqueles sem preferência partidária. Vários trabalhos foram publicados desde então, chamando a atenção para esses fatos, e não caberia entrar em detalhes sobre esse assunto aqui.<sup>5</sup>

### *Opções políticas e relação com o sindicato*

De modo geral, os delegados mais jovens tendem a preferir os candidatos e partidos de esquerda, representados especialmente pelo PT e pelos dois partidos comunistas. Mas apenas para as delegados que declararam preferir o PT aos outros partidos constatou-se uma variação significativa segundo idade e tempo de militância: quanto maiores a idade e o tempo de militância do delegado, menor a preferência por aquele partido. Para todos os demais, a distribuição é menos linear. Como se vê na tabela a seguir, a preferência pelo PMDB, por exemplo, cai da primeira para a segunda faixa etária, aumenta na seguinte, cai e aumenta novamente nas duas últimas,

<sup>5</sup> Bolívar Lamounier, *op. cit.*; e B. Sallum Jr. *et al.*, “Crise do Sistema Partidário”, *Lua Nova*, n.º 19, São Paulo, 1990; e José Álvaro Moisés, “Eleições, Participação e Cultura Política”, *Lua Nova*, n.º 22, dez. 1990. A afirmação feita no parágrafo se baseia nos *surveys* do IBOPE e do Datafolha realizados durante as eleições e no início de 1990.

respectivamente. A preferência pelo PDT tem distribuição parecida, mas cai também na última faixa de idade. Já a preferência pelo PSDB aumenta da primeira para a segunda faixa de idade, cai na terceira e aumenta progressivamente nas duas últimas. A preferência pelo PC do B tende a diminuir sistematicamente com o aumento da idade, enquanto para o PCB a distribuição não é linear, aumentando significativamente quando se passa da faixa de idade de 16 a 30 anos para a de 31 a 35, para sofrer forte declínio nas faixas de idade mais elevada. Finalmente, a preferência por “outros partidos” (localizados na faixa mais à direita no espectro ideológico) aumenta progressivamente entre os delegados com idade a partir de 31 anos, e podemos encontrar um terço dos que demonstraram preferir “outros partidos” distribuídos na faixa de 48 anos ou mais, superando os que preferem o PMDB e o PSDB. Embora as distribuições não sejam lineares, é possível apontar algumas tendências. Assim, metade dos que disseram preferir o PT e quase 60% dos que manifestaram simpatia pelos PCs tinham até 35 anos de idade, enquanto cerca da metade dos que preferiam o PMDB e “outros partidos” (a representação mais à direita do leque político) tinham mais de 41 anos. O PSDB também tinha grande parte de seus adeptos entre os delegados nesta faixa etária, mas mais da metade tinha até 40 anos; os pedetistas, por seu lado, concentravam-se na faixa de 36 a 47 anos. Por outras palavras: os que preferiam o PT e os PCs eram majoritariamente “jovens”; os que preferiam os partidos à direita eram majoritariamente “velhos”<sup>6</sup> e os que preferiam o PSDB e o PDT concentravam-se nos estratos intermediários de idade, embora entre os primeiros mais de um quarto tivesse mais de 48 anos.

*Tabela V-4*  
*Partido de preferência segundo idade*

<i>Idade</i>	<i>PMDB</i>	<i>PSDB</i>	<i>PDT</i>	<i>PT</i>	<i>PCB</i>	<i>PC do B</i>	<i>Outros</i>	<i>Nenhum</i>	<i>Total</i>
16 a 30	17,3	17,9	18,3	27,2	21,0	38,5	12,0	23,0	20,2
31 a 35	13,5	21,1	15,7	22,9	38,8	30,6	10,8	21,3	19,5
36 a 40	21,2	16,3	28,1	18,5	11,3	15,5	20,5	19,1	20,1
41 a 47	18,6	22,0	24,8	19,1	14,5	-	22,9	19,1	20,4
48 ou +	29,4	22,7	13,1	12,3	14,4	15,4	33,8	17,5	19,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	156	123	153	162	49	13	83	183	922

<sup>6</sup> Juventude ou velhice, aqui, dizem respeito à distribuição da população do congresso segundo as faixas de idade e segundo a média de idade encontrada. Assim, “velhos” são os delegados com idade acima da média, posicionados nas faixas de idade mais elevadas “Jovens”, ao contrário, são os delegados com idade abaixo da média, posicionados nos estratos correspondentes.

Investigando-se as opções partidárias segundo o tempo de militância, vê-se, de modo análogo, que a preferência pelo PT decresce sistematicamente à medida que aumenta o tempo de militância. Perto de um terço dos petistas estava entre os delegados com até dois anos de militância, ao passo que apenas um décimo estava entre os que tinham mais de 16 anos de militância. Já a preferência pelo PCB, PC do B, PDT e PSDB aumenta apenas nos três primeiros intervalos de tempo (que compreendem os que militam há até dez anos), para cair em seguida entre os outros dois intervalos (militam há mais de onze anos). Uma distribuição similar ocorre para o voto no primeiro turno das eleições presidenciais, tanto em relação à idade quanto em relação ao tempo de militância dos delegados.

Aproximadamente as mesmas tendências evidenciam-se na análise do cruzamento das preferências partidárias com o tempo de militância. A maioria dos petistas militava há menos de cinco anos; os simpatizantes dos outros partidos militavam há seis anos ou mais, especialmente os “petistas”. A distribuição dos simpatizantes do PT é próxima da dos que disseram não ter simpatia por nenhum partido. Tal como 55% dos que apontaram o PT como partido preferido, 50% dos que não tinham simpatia por nenhum partido militavam há menos de seis anos. Nesse último grupo, a distribuição é menos linear. Mas aqui devemos ter em conta que o fator determinante é a idade, pois os delegados mais idosos (se todos os demais fatores forem iguais) tendem a ter mais tempo de militância sindical. Assim, entre os que tinham mais de quinze anos de militância, 88% tinham mais de quarenta, e 44%, cinquenta ou mais. Por isso, a preferência pelo PT e pelos partidos mais à esquerda tende a decrescer à medida que aumenta o tempo de militância.

*Tabela V-5*  
*Partido de preferência segundo o tempo de militância sindical*

<i>Tempo de Militância</i>	<i>Partido de preferência</i>								<i>Total</i>
	<i>PMDB</i>	<i>PSDB</i>	<i>PDT</i>	<i>PT</i>	<i>PCB</i>	<i>PC do B</i>	<i>Outros</i>	<i>Nenhum</i>	
Até 2 anos	26,8	12,0	10,9	32,6	2,4	7,7	16,5	29,5	21,1
3 a 5 anos	14,8	19,7	21,1	21,8	26,8	38,4	21,5	20,8	20,4
6 a 10 anos	21,1	31,6	29,3	20,4	31,7	30,8	22,8	24,3	25,3
11 a 16 anos	16,9	17,9	26,5	15,0	17,1	7,7	10,1	9,8	16,3
+ de 16 anos	20,4	18,8	12,2	10,2	22,0	15,4	29,1	15,6	16,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	142	117	131	147	41	13	77	173	841

No mesmo sentido, e como se pode ver na próxima tabela, quase a metade dos simpatizantes do PT estava até três anos na direção dos sindicatos que representavam, sendo que quase 25% tinham no máximo um ano de diretoria. Novamente a distribuição dos petistas aproxima-se da dos que não têm preferência por nenhum partido. Não há, na pesquisa, elementos que elucidem o sentido da resposta “nenhum partido”. Mas podemos considerar, por um lado, que a recusa a todos os partidos pode acontecer por desconhecimento, por falta de informação ou por uma desconfiança a tudo o que se refere à política e aos partidos. Nesse caso, mais provavelmente, a rejeição seria sinônimo de despoliticização. Por outro lado, pode-se considerar que a resposta “nenhum partido” ocorre por excesso de informação, por uma oposição política mais consciente em relação ao sistema partidário existente. Nesse caso, ter-se-ia um “apoliticismo” radical que, em outros tempos, caracterizava o sindicalismo revolucionário na sua rejeição da democracia representativa, do sistema de partidos e, em contrapartida, na valorização exclusiva do sindicato e da ação direta. No nosso caso, considerando que se tratava do congresso de uma central que tem em seu programa o aprimoramento da democracia representativa e do parlamentarismo, parece sem sentido interpretar as respostas “nenhum partido” como uma espécie de ultraesquerdismo. Considerando também que os que responderam “nenhum partido” tendiam a ser mais jovens, a ter menos tempo de militância, a ocupar há menos tempo postos na direção dos sindicatos e, principalmente, a votar em Collor, mais provavelmente a resposta “nenhum partido” não significa nenhum antipartidarismo de esquerda, mas um distanciamento da política, um apoliticismo crítico que desconfia da política e que, por isso mesmo, preferiu um candidato jovem que, por estar em oposição aos grandes partidos, parecia não estar vinculado a nenhum esquema político, uma espécie de “político que não era político”.

Voltaremos mais adiante a esse ponto. No momento, queremos observar que a pergunta da próxima tabela refere-se a quanto tempo o delegado ocupava algum cargo de direção, somando todas as gestões de que participou. Por essa razão, pode-se dizer que os “petistas” e os “apartidários” eram os mais inexperientes no tocante à participação na administração sindical. Mais da metade dos simpatizantes do PSDB, PDT, PCB e PMDB (contra 39% dos “petistas” e 38% dos “nenhum”) tinha mais de sete anos na diretoria de sindicatos. De modo geral, os que manifestaram a sua preferência pelo PCB, pelo PSDB e pelo PDT eram os que tinham mais



tempo de gestão sindical. No caso dos simpatizantes do PCB, cumpre notar que nenhum tinha menos de um ano de experiência de diretoria.

*Tabela V-6*  
*Partido de preferência, segundo tempo em que ocupa cargo na diretoria do sindicato (em anos)*

<i>Partidos</i>	<i>Até 1</i>	<i>1 a 4</i>	<i>4 a 7</i>	<i>7 ou +</i>	<i>Total</i>
PMDB	18,8	12,0	17,3	51,9	100,0
PSDB	6,4	11,9	24,8	56,9	100,0
PDT	8,4	9,2	25,2	57,2	100,0
PT	24,8	20,0	15,9	39,3	100,0
PCB	-	12,2	29,3	58,5	100,0
PC do B	7,7	23,1	23,1	46,1	100,0
Outros	13,0	13,0	23,4	50,6	100,0
Nenhum	20,2	19,0	22,7	38,1	100,0
Total	15,1	14,7	21,7	48,5	100,0
N	96	93	138	308	635

Finalmente, se analisarmos a preferência partidária segundo o grau de liberação do trabalho na empresa para dedicação à atividade sindical, mais uma vez – se considera que a liberação do trabalho significa dedicação exclusiva à militância – os “petistas” demonstram uma relação mais fraca com a instituição sindical do que os simpatizantes de outros partidos, com exceção dos simpatizantes do PC do B. Pode-se ver, por outro lado, que a porcentagem dos “apartidários” não liberados para trabalho sindical (65%) era a que mais se aproximava da porcentagem dos “petistas”.

*Tabela V-7*  
*Partido de preferência, segundo liberação integral e liberdade parcial ou nula para o trabalho sindical*

<i>Partidos</i>	<i>Tempo Integral</i>	<i>Tempo parcial e não liberado</i>	<i>Total</i>
PMDB	39,2	60,8	100,0
PSDB	44,4	55,6	100,0
PDT	55,1	44,9	100,0
PT	31,5	68,5	100,0
PCB	37,8	62,2	100,0
PC do B	15,4	84,6	100,0
Outros	42,0	58,0	100,0
Nenhum	35,1	64,9	100,0
Total	40,0	60,0	100,0
N	252	378	630

Os simpatizantes do PDT foram os que apresentaram maior incidência de liberação do trabalho, em congruência com o fato de que mais da metade dos que preferiam esse partido se compunha de membros da cúpula sindical. Já os simpatizantes do PC do B e do PT apresentaram o menor índice de liberação.

A preferência eleitoral dos delegados – voto no primeiro turno da eleição presidencial – revelou padrões bem parecidos com os referentes às opções partidárias. Se Lula teve a maior votação entre os delegados (cerca de 27% deles), os que nele votaram tinham características desviantes do total dos delegados que votaram e declararam seu voto, características que se aproximam das que não tinham preferência partidária. Pensamos que essa hipótese é compatível com a maior juventude dos que votaram em Lula e com seu menor comprometimento com a organização sindical: mais da metade dos eleitores de Lula tinham militância sindical até cinco anos, enquanto mais da metade dos eleitores dos demais candidatos (à exceção dos que votaram nos candidatos da direita, expressos na linha “outros”, ou do centro-direita) militavam há mais de seis anos. O destaque, neste caso, recai sobre os eleitores de Mário Covas, Roberto Freire e Leonel Brizola, pois perto de 40% deles militavam há mais de onze anos. Já os eleitores de Collor militavam segundo uma distribuição bastante próxima do total dos delegados, o que se apreende comparando-se a linha “Collor” com a última linha da próxima tabela.

*Tabela V-8*  
*Voto no primeiro turno das eleições presidenciais, segundo tempo de militância no movimento sindical*

<i>Candidatos</i>	<i>Até 2 anos</i>	<i>3 a 5 anos</i>	<i>6 a 10 anos</i>	<i>11 a 16 anos</i>	<i>+ de 16 anos</i>	<i>Total</i>
Brizola	13,2	17,9	29,4	23,7	15,8	100,0
Covas	14,1	17,8	28,3	17,3	22,5	100,0
Lula	28,2	24,6	22,5	12,9	11,8	100,0
Collor	23,0	19,6	21,6	16,9	18,9	100,0
Freire	8,3	25,0	26,7	23,3	16,7	100,0
Outros	29,6	22,2	20,4	9,3	18,5	100,0
Não votou	40,6	18,9	18,0	11,7	10,8	100,0
Total	22,3	20,7	24,4	16,5	16,1	100,0
N	231	214	252	171	166	1.034

Do mesmo modo, os que votaram em Lula apresentaram o menor índice de ocupação de cargos de cúpula nos sindicatos. Menos de um quinto

ocupava a presidência e mais da metade era suplente ou membro do conselho fiscal. Os eleitores de Brizola, de Covas e dos candidatos da direita ocupavam majoritariamente cargos de presidência, enquanto os eleitores de Collor eram majoritariamente secretários ou tesoureiros de sindicato (31%). Os eleitores de Freire, por seu lado, ocupavam principalmente “outros cargos”. (mais da metade), mas um quarto era presidente de sindicato. Tal tendência repete-se ainda para o tempo em que se ocupa algum cargo de diretoria e para a liberação ou não do trabalho, e seria ocioso apresentar as distribuições aqui.

*Tabela V-9*  
*Voto no primeiro turno das eleições presidenciais,*  
*segundo cargo que ocupa no sindicato*

<i>Candidatos</i>	<i>Presidente</i>	<i>Secretaria e tesouraria</i>	<i>Cons. Fis. e suplen.</i>	<i>Outro cargo</i>	<i>Total</i>
Brizola	33,7	29,3	16,6	20,4	100,0
Covas	30,5	26,0	20,8	22,7	100,0
Lula	19,6	30,4	30,0	20,0	100,0
Collor	27,4	31,0	23,0	18,6	100,0
Freire	25,6	18,6	4,7	51,2	100,0
Outros	31,8	34,1	20,5	13,6	100,0
Não votou	16,1	28,7	33,4	21,8	100,0
Total	25,9	28,9	23,4	21,8	100,0
N	217	242	196	183	838

Todos esses dados reforçam um padrão que parece ter prevalecido no I Congresso da Força Sindical. Os simpatizantes do PT e os que não tinham preferência por nenhum partido (grupo em que Collor obteve seu melhor resultado) constituíram-se numa categoria diferenciada entre os delegados presentes. De modo geral, eles caracterizam-se: 1) por sua juventude relativa; 2) pelo tempo relativamente pequeno de militância sindical; 3) pelo fato de ocuparem cargos fora da cúpula nas diretorias dos sindicatos que representavam e 4) quando ocupavam postos na diretoria, por estarem há relativamente menos tempo na direção. Essas características não se repetiram para os que demonstraram preferir outros partidos (com exceção parcial dos simpatizantes do PC do B).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Como já se disse, só há correlação entre idade, tempo de militância e tempo na diretoria do sindicato. Mas a correlação entre idade e cargo na direção é praticamente nula (0,12%), ou

Num polo oposto ao PT, entre os partidos mais de esquerda, o PDT demonstrou ter importância significativa nos sindicatos representados no congresso. Além de ser o segundo partido na ordem de preferência e de Brizola ter sido o segundo mais votado no primeiro turno, os simpatizantes do PDT, em sua maioria, ocupavam cargos de cúpula nas entidades que representavam, tal como os eleitores de Brizola. Ao mesmo tempo, era altíssimo o índice de delegados liberados do trabalho em tempo integral, entre os que preferiam o PDT, e os que votaram em Brizola. Assim, os simpatizantes do PDT e os eleitores de Brizola, entre os partidos de esquerda, têm o maior índice de compromisso com os sindicatos, expresso no tempo de militância, tempo na diretoria, cargo na diretoria e liberação para o trabalho, se tomamos estes indicadores em seu conjunto.<sup>8</sup>

### *Escolaridade, classe social e ramo do sindicato*

No que se refere à relação entre escolaridade e preferência partidária, a distribuição dos simpatizantes do PMDB acompanha a do PT, não obstante ser maior, entre os primeiros do que entre os últimos, a incidência de delegados que têm somente o primário completo. Por outro lado, embora se pudesse esperar uma maior porcentagem de delegados pouco escolarizados entre os que preferiram nenhum partido (na medida em que as pesquisas têm apontado uma correlação negativa relevante entre estas duas variáveis)<sup>9</sup> entre os congressistas da Força Sindical isso não se verificou. Como se pode ver pela tabela seguinte, a preferência por “nenhum partido” distribui-se sem qualquer padrão definido pelos graus de escolaridade, com uma pequena concentração entre os delegados que declararam ter até colegial completo.

Os delegados que preferiram os PCs, o PSDB e “outros partidos” tinham, majoritariamente, ginásio completo, mas era relativamente elevada a ocorrência de delegados com curso universitário entre os dois primeiros,

seja, não se pode explicar o fato de que os que preferiam o PT não ocupavam cargos de cúpula pelo fato de serem relativamente mais jovens.

<sup>8</sup> Para se ter uma ideia, 73% dos que declararam o voto em Brizola eram liberados em tempo integral do trabalho. Mais da metade estava há mais de quatro anos na diretoria dos sindicatos.

<sup>9</sup> Quanto maior a escolaridade, menor a ausência de preferência partidária, segundo pesquisa do IBOPE realizada em fevereiro de 1989, antes das eleições presidenciais.

de delegados com instrução básica entre os simpatizantes do PSDB e de ginásio incompleto entre os que preferiam os PCs.<sup>10</sup>

*Tabela V-10  
Partido de preferência, segundo escolaridade*

Partido da preferência	Escolaridade								Total
	Primar. incom.	Prim. compl.	Ginás. incom.	Ginás. compl.	Col. incom.	Col. compl.	Univ. incom.	Univ. compl.	
PMDB	11,0	28,7	15,8	16,4	8,9	8,9	4,8	5,5	100,0
PSDB	5,2	14,7	11,3	27,0	6,1	17,4	7,0	11,3	100,0
PDT	3,6	13,0	13,8	11,6	7,2	22,6	10,1	18,1	100,0
PT	11,9	19,4	20,5	17,5	5,0	16,9	3,8	5,0	100,0
PCB	2,2	8,9	15,6	22,1	6,7	13,3	15,6	15,6	100,0
PC do B	-	7,7	23,1	23,1	-	15,5	23,1	7,7	100,0
Outros	5,0	16,3	18,7	21,2	6,3	17,5	10,0	5,0	100,0
Nenhum	7,5	17,3	17,3	14,6	7,5	17,3	8,7	9,8	100,0
Total	7,2	17,9	16,4	17,7	6,8	16,4	7,8	9,5	100,0
N	64	156	143	154	59	143	68	83	870

Vale ressaltar que os menores índices de escolarização foram encontrados entre os delegados que declararam o voto no candidato do PT, e os maiores entre os que preferiam o candidato do PDT. Assim, entre os delegados que não tinham completado o curso primário, cerca de 46% votaram em Lula, vindo Collor em segundo lugar, com aproximadamente 16%. De outro lado, somente 1% dos que estavam nessa faixa votou em Roberto Freire, que tendia a subir à medida que aumentava o nível de escolaridade, num movimento inverso ao de Lula, que obteve, de longe, seu melhor resultado entre os que não terminaram o curso elementar. Já Brizola tem um movimento inverso ao de Lula, subindo sistematicamente para chegar a 30% dos “votos” entre os delegados que têm curso universitário completo. Nessa faixa de alta escolaridade, é seguido de Covas (19%), Lula e Collor, ambos com 11%, e Freire (10%).

<sup>10</sup> O voto no primeiro turno segue a tendência da preferência partidária. Metade dos que votaram em Lula tinha até ginásio incompleto, enquanto metade dos eleitores de Brizola tinha colégio completo, ou mais.

*Tabela V-11  
Escolaridade e voto*

Candidatos.	Prim.	Prim. compl.	Ginás. incom.	Ginás. compl.	Col. incom.	Col. compl.	Univ. incom.	Univ. compl.	Total
Brizola	6,5	11,9	14,6	13,3	13,7	22,2	25,6	30,2	16,8
Covas	14,3	18,6	16,4	21,3	26,0	11,9	17,9	18,8	17,7
Lula	45,5	30,9	32,2	28,7	26,0	26,5	24,4	11,5	28,4
Collor	15,6	14,4	15,2	16,5	12,4	15,7	10,3	11,5	14,5
Freire	1,3	1,0	5,3	5,3	8,2	3,8	10,3	10,4	5,0
Outros	2,6	7,2	5,3	4,3	5,5	9,2	2,6	3,1	5,6
Não votou	14,3	16,0	11,1	10,6	8,2	10,8	9,0	14,6	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	77	194	171	188	73	185	78	96	1.062

### *Classe social e preferência política*

Outra variável que apresentou alguma relevância para a compreensão da opção política dos delegados foi sua classe social de origem. Para efeitos desta análise, agrupamos as categorias profissionais em “operários”, “classe média” e “outras”. Trata-se de agrupamento grosseiro, motivado pela enorme presença de operários industriais, notadamente de metalúrgicos, entre os delegados, e pela grande dispersão das demais categorias profissionais.

Assim, “operários” inclui todos os operários da indústria e da construção civil, além de portuários, caminhoneiros e urbanitários. “Classe média” inclui técnicos de nível médio e superior, artesãos, trabalhadores de escritórios, hospitais, funcionários públicos, professores, bancários, securitários, comerciários, etc. “Outros” inclui basicamente trabalhadores rurais, trabalhadores não manuais sem qualificação e trabalhadores braçais urbanos sem qualificação. Ainda que grosseiro este agrupamento mostrou-se discriminador da opção política dos delegados.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> “Grosseiro”, aqui, corrobora tanto com a impossibilidade de desagregar os operários entre mais e menos qualificados como com a impossibilidade de desagregar a categoria “classe média” entre gerentes e subordinados, classe média alta ou baixa, etc.

Tabela V-12  
Partido de preferência, segundo classe social.

Partidos	Operário	Classe Média	Outros	Total
PMDB	45,2	21,5	33,3	100,0
PSDB	42,5	33,6	23,9	100,0
PDT	29,1	42,2	28,7	100,0
PT	54,7	23,6	21,7	100,0
PCB	41,4	29,3	29,3	100,0
PC do B	16,6	41,7	41,7	100,0
Outros	34,6	32,1	33,3	100,0
Nenhum	42,7	27,5	29,8	100,0
Total	42,0	29,6	28,4	100,0
N	356	250	240	846

Os “operários”, como já vimos, compunham a grande maioria dos que responderam à pergunta sobre a preferência partidária, além de ser maioria no congresso como um todo. Isso contribuiu para que se encontrasse uma grande concentração de operários entre os que demonstraram preferência por todos os partidos. Apesar disso, algumas diferenças merecem relevo. Foi entre os que declararam simpatia pelo PT que se encontrou o maior número de operários (mais da metade dos delegados), enquanto apenas pouco menos de um terço dos que preferiam o PDT o era. Os que tinham simpatia por este partido eram principalmente assalariados de classe média A proporção de operários foi também elevada entre os simpatizantes do PMDB (45%), PSDB (43%) e PCB (42%) e baixa entre os simpatizantes do PC do B (17%) e do PDT (29%). Depois do PDT, foi entre os que preferiam “outros partidos – (PDS, PDC, PL, PFL) que se encontrou a menor porcentagem de operários, e pouco menos de um terço era trabalhadores de classe média”. Mais uma vez, os que preferiam o PT apresentaram a distribuição mais desviante do total dos delegados que declararam preferência por algum partido. O PT foi o único partido em que seus simpatizantes eram, em sua maioria, operários, ou melhor, em que a porcentagem de delegados operários superou a da soma das porcentagens dos delegados de outras classes sociais.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Isso não tem diretamente a ver com o fato de que os simpatizantes do PDT eram, em sua maioria, provenientes do Rio de Janeiro, sabendo-se que bem mais da metade dos delegados desse Estado eram operários. O que aconteceu foi que uma parcela majoritária dos operários do Rio de Janeiro manifestou preferência pelo PT.

Uma tendência análoga foi observada em relação ao voto no primeiro turno das eleições presidenciais. Os que votaram em Lula eram majoritariamente operários, e os que votaram em Brizola eram majoritariamente não operários. Na verdade, Brizola, Roberto Freire e os candidatos de direita ou de centro-direita (estes últimos expressos na linha “outros”) tiveram a menor porcentagem de operários entre os seus eleitores. Assim, pode-se dizer que o voto ou a preferência por partidos mais à esquerda, tal como o voto ou a preferência por partidos mais à direita, não tiveram relação significativa com a classe social dos delegados, com exceção; 1) dos que declararam o voto em Lula e a preferência pelo PT, onde se observou nítida predominância de operários sobre as outras classes sociais; e 2) dos que declararam preferir o PDT e votaram em Brizola, com maior participação de sindicalistas de classe média.

Tabela V-13  
Voto no primeiro turno, segundo classe social.

Candidatos	Operário	Classe média	Outros	Total
Brizola	38,5	46,5	15,0	100,0
Covas	49,7	30,6	19,7	100,0
Lula	56,3	25,1	18,6	100,0
Collor	44,2	38,5	17,3	100,0
Freire	41,4	51,7	6,9	100,0
Outros	40,0	33,3	26,7	100,0
Não votou	38,6	37,8	23,6	100,0
Total	46,5	35,1	18,4	100,0
N	500	378	198	1.076

Em face da significativa correlação encontrada entre classe social e tipo de entidade que o delegado representava (se de indústria ou de outro setor), em que mais de 40% da variação de uma era explicada pela variação da outra, era de se esperar que entre os que preferiam o PT e votaram em Lula no primeiro turno se encontrassem, majoritariamente, delegados de sindicatos de indústria. Isso, de fato, ocorreu. A tabela seguinte apresenta os dados relativos ao partido de preferência e ao tipo de sindicato, se de indústria ou outro.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Mais uma vez, o agrupamento é grosseiro e se justifica em face da enorme predominância de sindicatos de indústria na representação do I Congresso da Força Sindical, mesmo agrupando todos os sindicatos não industriais em “outros”. Ainda assim é desmedida a concentração de entidades da indústria. Optamos, pois, pela perda de matizes possivelmente

Mais de três quartos dos delegados que preferiam o PT eram representantes de sindicatos de trabalhadores industriais. Esse é o maior desvio relativo para cima, se comparado com a distribuição da população do congresso pelo tipo de entidade (última linha da próxima tabela). A menor participação de representantes de sindicatos de indústria está entre os simpatizantes do PDT, com perto de 45%. Este é o maior desvio para baixo, em comparação com a população em geral. Já os partidários do PSDB, do PMDB, dos partidos de direita e de “nenhum partido” estão bastante próximos da distribuição da população, com perto de 60% sendo representantes de sindicatos de indústria e quase 40% de sindicatos de outras atividades. Os que declararam simpatia pelos PCs também são majoritariamente representantes de sindicatos industriais, com desvio para cima em relação à população do congresso, embora menor que o do PT.

Se tomarmos o tipo de sindicato como referência de análise, notaremos que o PT é o partido preferido entre os delegados de sindicatos industriais, enquanto o PDT é entre os representantes de outros sindicatos. Os demais partidos são preferidos de modo homogêneo entre os dois tipos de entidade. Esses dados não permitem afirmações categóricas, exceto em relação aos dois primeiros partidos. Se o delegado prefere o PT, o mais provável é que ele seja delegado de indústria, e essa probabilidade é maior para o PT do que para todos os outros partidos. Por outro lado, se o delegado é representante de sindicato de trabalhadores industriais, há maior probabilidade de que ele prefira o PT aos outros partidos, embora essa probabilidade seja pouco expressiva.

Alternativamente, se o delegado manifesta sua preferência pelo PDT, o mais provável é que ele seja representante de entidade não industrial. Ao mesmo tempo, se trata de delegado de entidade não industrial, há maior probabilidade de que ele tenha manifestado preferência pelo PDT do que pelos outros partidos, embora também se trate de probabilidade pouco expressiva<sup>14</sup>.

---

encontráveis se desdobrássemos o número de entidades na linha da tabela em favor da capacidade discriminadora da variável independente.

<sup>14</sup> Já com relação ao voto no primeiro turno, a divisão em sindicatos de indústria e outros não discrimina com tanta clareza. Apenas para os que votaram em Roberto Freire se percebe um desvio significativo para cima entre os representantes de sindicatos de indústria. Os demais foram votados segundo pequena variação para cada candidato. Já se tomando o tipo de entidade por referência, temos que 30% dos representantes de sindicatos de trabalhadores

*Tabela V-14*  
*Partido de preferência segundo o tipo de sindicato*

<i>Partidos</i>	<i>Sind. Industriais</i>	<i>Outros Sindicatos</i>	
PMDB	60,0	40,0	100,0
PSDB	58,6	41,4	100,0
PDT	44,9	55,1	100,0
PT	76,1	23,9	100,0
PCB	68,2	31,8	100,0
PC do B	50,0	50,0	100,0
Outros	65,4	34,6	100,0
Nenhum	58,4	41,6	100,0
Total	60,8	39,2	100,0
N	525	338	863

### **Conclusão**

Na análise das orientações políticas dos sindicalistas ligados à Força Sindical, chama atenção a alta porcentagem de delegados que votaram em candidatos de esquerda, especialmente em Lula (28%) e em Brizola (17%), e que indicaram o PT (19%) e o PDT (16%) como os partidos de sua preferência. Chama a atenção também, na própria Direção Nacional, o fato de cerca de 40% de seus integrantes terem indicado o PDT (28%) e o PCB (12%) como os partidos de sua preferência. Mesmo considerando que nenhum desses partidos tem um projeto revolucionário, e que a retórica sempre é diferente da prática, o PT e o PCB são, em princípio, socialistas, e o PDT, nacionalista e, formalmente, socialdemocrata. Obviamente, não se espera dos partidos, notadamente dos partidos brasileiros, um alto nível de coerência ideológica e uma prática consistente com seus programas. Mas, de todo jeito, no jogo político do país, esses partidos têm-se oposto às medidas de privatização das empresas estatais e ao projeto neoliberal do governo Collor. Por isso, do prisma da compatibilidade entre preferências partidárias e preferências sindicais, seria de se esperar que os sindicalistas que se manifestaram favoravelmente a esses partidos e aos seus candidatos estivessem na CUT.

Desse modo, à primeira vista, o congresso da Força Sindical sugere que a preferência partidária não encaminha, necessariamente, militantes

---

industriais votaram em Lula no primeiro turno e apenas 23% dos representantes de outros sindicatos o fizeram.

sindicais para esta ou aquela central. Mais do que isso: a preferência partidária à esquerda não identificaria, necessariamente, a CUT como a central sindical a ser privilegiada. Uma primeira explicação, aqui, seria a da separação entre as orientações sindicais e políticas. Porém a história do movimento sindical, no Brasil e em outros países, vai na direção contrária, indicando uma forte correlação entre as preferências partidárias e sindicais. Algumas centrais europeias, por exemplo, têm feições ideológicas muito marcadas e tendem a agrupar os trabalhadores de um dado credo político. Do mesmo modo, entre nós, os conflitos no meio sindical que levaram à criação da CUT e da CGT, e depois à da Força Sindical, tiveram na sua origem diferenças de concepções sobre as funções do sindicalismo e das estratégias de lutas sindicais, em que os fatores ideológicos desempenharam importante papel. A própria Força Sindical, tal como a CUT, já surgiu com um projeto político e ideológico bastante definido, como detalhamos nas páginas iniciais deste trabalho. Como explicar, conseqüentemente, que a maior parte dos sindicalistas que participaram do congresso de fundação dessa central, inclusive membros de sua cúpula dirigente, tenha preferências partidárias que vão exatamente num sentido contrário ao programa da FS? Uma vez que os dados da pesquisa não oferecem mais do que indicações muito gerais sobre essa questão, podemos apenas levantar algumas hipóteses que não são necessariamente excludentes entre si.

*Primeira hipótese:* a massa de delegados que esteve no congresso de fundação não teria perfeitamente claras as diferenciações entre as opções programáticas da Força Sindical e os projetos dos partidos que preferem e dos políticos em que votaram. Fortalece essa hipótese a inexistência de discussões mais aprofundadas, em plenário, sobre os princípios e o programa da Força Sindical.

*Segunda hipótese:* os sindicalistas que preferem os partidos mais moderados, de centro ou centro-esquerda – como o PMDB, o PSDB – teriam votado (como indicam os dados da própria pesquisa e como aconteceu com grande parte do eleitorado brasileiro) nos candidatos que acreditavam ter mais chances de vitória. Esse parece particularmente o caso do voto em Lula e da preferência pelo PT como partido. Como já vimos, quase metade dos que votaram em Lula não apontou o PT como partido preferido. Nesse caso, as orientações políticas mais à esquerda que aparecem nos resultados da pesquisa da Força Sindical não seriam tão pronunciadas como se poderia deduzir das simples respostas dos congressistas. Esta

explicação seria especialmente válida para os dados relacionados com o voto no primeiro turno das eleições presidenciais, mas não teria muita validade no caso das distribuições relacionadas com o partido preferido.

*Terceira hipótese:* as preferências políticas só afetariam as orientações sindicais se fossem relativamente intensas e consistentes. No caso dos delegados ao congresso da Força Sindical que revelaram simpatias pelos partidos de esquerda, alguns dados da pesquisa indicam que o grau de participação política e sindical, de politização, em suma, é pequeno entre os delegados, o que possibilitaria uma inconsistente coabitação entre tendências políticas e tendências sindicais divergentes. Os dados recolhidos pelo questionário não oferecem muitos elementos para se avaliar o índice de participação política dos delegados. Mas a grande maioria (75%) não está filiada a nenhum partido e 67% não participou de nenhum dos grandes congressos sindicais anteriores. Esses dados sugerem um baixo nível de participação política e de militância sindical, e provavelmente de informação, o que coincide com a fraca politização das discussões observada no congresso de fundação. Pode-se, pois, acreditar que a intensidade das preferências pelos partidos e candidatos mais à esquerda não era muito forte. Assim se explicaria a participação desses delegados que se declararam simpatizantes dos partidos de esquerda num congresso de uma central que pretende ser a principal rival da CUT. Essa hipótese não implica negar a relação entre as orientações políticas e as orientações sindicais porque estamos supondo que a intensidade das preferências pelos partidos e candidatos de esquerda é fraca. O voto, numa situação de campanha eleitoral nos quadros de uma política de massas, e determinado mais por razões de simpatias pessoais e vagas pelos candidatos do que por seus programas e seus partidos.

*Quarta hipótese:* a maioria dos delegados presentes ao congresso de fundação era de pequenos sindicatos de trabalhadores industriais e de serviços do setor privado com baixo poder de pressão, sem meios para desenvolver ações mais agressivas e sem condições de manter, com o patronato, relações de tipo adversatício, tal como o preconizado e parcialmente aplicado pela CUT. A orientação mais moderada e cooperativa da Força Sindical, para esses sindicatos, ofereceria mais vantagens do que uma relação de tipo conflitivo. Assim se explicaria a presença, no congresso de formação da Força Sindical, de diretores de sindicatos pouco politizados, que se manifestaram favoravelmente ao PT, ao PDT e a outros partidos de esquerda, mas que não alimentam simpatias pelo tipo de sindicalismo de

confronto que a CUT proclama e às vezes desenvolve. A cultura socialista e de confronto reinante no interior da CUT e a ameaça que ativistas sindicais simpatizantes dessa central representariam para esses delegados que ocupam posições importantes nas diretorias de seus sindicatos os levariam a buscar a proteção de uma central como a Força Sindical. Se essa explicação é correta, a adesão à Força Sindical, para uma parcela ponderável de delegados, não se deveria tanto ao seu programa e princípios ideológicos e políticos mais gerais quanto às suas táticas sindicais moderadas e voltadas para o diálogo. Fortalecem essa hipótese as elevadas porcentagens de respostas dos entrevistados favoráveis a uma prática sindical aberta ao diálogo, na qual a greve é o último recurso. Desse modo, nem o “neoliberalismo” da Força Sindical nem o “socialismo” da CUT ocupariam um lugar importante nas opções sindicais da massa de delegados. O importante seria o tipo de prática sindical que uma e outra central pretendem desenvolver.

*Quinta hipótese:* a maior parte dos delegados que manifestam simpatias pelo PT e por Lula, principais rivais políticos da Força Sindical e de Medeiros, ocupa posições menos importantes nos seus sindicatos, e nesse sentido, é mais “periférica”. Consequentemente, embora suas respostas afetem os resultados da pesquisa e coloquem a Força Sindical mais “à esquerda”, na prática da atuação sindical suas opiniões e preferências políticas teriam pouca importância. Essa explicação, contudo, pode ser válida para os simpatizantes do PT e eleitores de Lula, mas não para os de Brizola, que ocupam posições importantes nos sindicatos.

Todas essas hipóteses são mais pertinentes para a massa de delegados. Para o caso dos membros da Direção Nacional, nem tanto. Não se pode falar, para a alta liderança da Força Sindical, de um baixo coeficiente de politização, de informação ou mesmo de participação. Pensamos, contudo, que se pode falar, para uma boa parcela dos dirigentes, de uma fraca intensidade das preferências político-partidárias. Cerca da metade, como já vimos, não está filiada a nenhum partido e cerca de 30% estão filiados a partidos que não requerem uma militância mais intensa, como o PMDB e o PDT. Grande parte dos membros da Direção Nacional veio da CGT e alguns poucos da CUT, mas todos têm uma longa trajetória de atuação no meio sindical. Tendo-se em conta que as opiniões e expectativas das principais lideranças que viriam integrar a Direção Nacional não poderiam ser menosprezadas quando da redação da carta de princípios da Força Sindical, a baixa votação de Collor (14%) e o fato de a

soma de votos a Brizola (32%), Covas (22%) e Freire (16%) representar 70% do total da Direção Nacional não deixam de ser surpreendentes. No conjunto, tem-se uma maciça preferência partidária de centro-esquerda, de feição mais nacionalista, socialdemocrata ou populista do que socialista, mas não “neoliberal”. Uma vez que, a nível da alta cúpula, não se pode falar de ausência de informação, a discrepância entre a orientação sindical e a preferência político-partidária da Direção Nacional é mais surpreendente do que entre a massa de delegados. Dois motivos podem eventualmente explicar a discrepância observada. Em primeiro lugar, o fato de tanto Brizola como Mario Covas, embora rejeitando o liberalismo de Collor, apenas vagamente poderem ser caracterizados como de esquerda, enquanto Roberto Freire, na ocasião, seria um “comunista” muito moderado, ala direita do velho Partidão, que por sua vez teve uma atuação bastante moderada no meio sindical. Em segundo lugar, é possível que os dirigentes da Força Sindical, assim como muitos delegados, estejam vivendo, se assim se pode dizer, um processo de transição política, relacionada com o abandono de certas crenças e convicções abaladas pela queda do Muro e pelo fim da URSS. A fundação da Força Sindical é posterior à eleição de Collor (1989) e coincide com o processo avançado de desmoroamento dos regimes socialistas. Com a óbvia exceção de Medeiros, que há certo tempo vinha defendendo ideias semelhantes às contidas na carta de princípios e no programa da Força Sindical, muitos outros integrantes da Força Sindical estavam ainda em fase de rompimento com suas anteriores convicções de esquerda. No caso do ex-PCB, os acontecimentos do Leste europeu perturbaram profundamente seus militantes, ocasionando a liquidação do próprio partido. O voto pelo candidato comunista Roberto Freire e a preferência pelo ex-PCB como partido não significariam necessariamente adesão a uma orientação de tipo socialista. Por tudo isso, e na ausência de dados mais consistentes, tendemos a considerar que a discrepância entre as preferências eleitorais e partidárias da direção da Força Sindical e o programa aprovado no congresso de fundação relaciona-se com um processo de adaptação aos novos tempos que atinge também amplos segmentos da alta direção da própria CUT. A diferença, com relação à Força Sindical, é de que as origens contestatórias e a cultura socialista da CUT, formada nos quadros da abertura política de inícios da década dos anos 80, assim como sua forte penetração no setor público, tornam mais difícil a readaptação da entidade ao contexto econômico, político e ideológico que se abriu com o fim do socialismo. Uma mudança explícita e

rápida dos princípios que nortearam a fundação da CUT ameaçaria a organização com uma crise de identidade muito forte. Já os dirigentes da Força Sindical, que há muito tinham uma atuação mais moderada no campo sindical, poderiam realizar mais facilmente a transição ideológica necessária para poder ter algum sucesso no cenário que se abre neste final de século. Nessa hipótese, suas respostas relacionadas com o voto nas eleições presidenciais e com o partido preferido estariam refletindo uma situação passada ou a ausência de outras opções políticas.

Por fim, tendo em conta as observações anteriores, tudo indica que a Força Sindical mais provavelmente não terá opções político-partidárias muito definidas, de acordo, aliás, com a intenção de sua carta de princípios. O fato de não existir um partido que congregue as preferências da grande maioria dos delegados tende a ampliar o campo de atuação da direção da central, de modo a buscar apoios tópicos aqui ou acolá, mas sem um comprometimento mais definitivo com correntes e facções partidárias, pelo menos com as atualmente existentes. Do ponto de vista das inclinações sindicais da grande maioria dos delegados, a orientação da Força Sindical, que parece ao mesmo tempo mais exequível em termos da manutenção do equilíbrio interno e mais promissora em termos de maior liberdade de reivindicação, deverá ser a que resulte em apoios a determinadas medidas que partam do sistema político, mas sem fortes engajamentos políticos ou partidários. Do ponto de vista sindical, uma orientação que procurasse tirar vantagens através da negociação com variados segmentos da classe política e das forças partidárias parece ser bastante adequada a uma central como a Força Sindical, que reúne um grande número de sindicatos com fraco poder de barganha com o patronato e com ainda menor capacidade de confronto com o governo, especialmente numa situação de desemprego. Do ponto de vista político, uma tática de negociação ampla e conflito limitado seria consistente com a forte dispersão das preferências políticas no interior da Força Sindical. Desse ângulo, os dados da pesquisa sugerem que, diante da variedade das preferências político-partidárias existentes entre a massa de delegados e entre os dirigentes da Direção Nacional, o êxito da Força Sindical dependerá da capacidade de seus dirigentes e sindicalistas de evitar a exacerbção das preferências partidárias internas, ou seja, que suas opções partidárias diminuam a coesão interna e afetem a política da central. Dado o baixo coeficiente de politização e a grande homogeneidade no tocante ao tipo de atuação propriamente sindical, as diferenças de opinião política

dentro da Força Sindical permaneceriam como opções pessoais que não impediriam a comunicação e o acordo entre dirigentes com inclinações eleitorais diferenciadas, mas pouco intensas. As diferenças de opinião poderiam ficar contidas dentro dos limites de um vasto espectro ideológico do qual, provavelmente, só estariam excluídos os partidos mais à esquerda, como o PT ou o PC do B, adversários mais intransigentes das propostas defendidas pela Força Sindical.

Facilita a convivência pacífica no interior da Força Sindical o fato de que dificilmente a nova central terá sua atuação mareada pelo esforço de ganhar politicamente a massa de trabalhadores, de realizar um trabalho de convencimento ideológico, de homogeneização, de “conscientização” no estilo que a CUT realiza, ou que algumas de suas tendências tentam realizar. Assim, tudo indica que a Força Sindical deverá pôr em prática mais um sindicalismo de tipo “societário”, em contraposição a um sindicalismo de tipo “comunitário”.<sup>15</sup> A CUT, ao contrário, pretenderia desenvolver um sindicalismo de tipo comunitário. Porém encontra muitos problemas para avançar nessa direção, entre outras coisas porque, cada vez mais, se apoia na rede sindical oficial que critica, mas não consegue, ou não quer, destruir.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Inspirado na tipologia de Tonnies, Laubier distingue um sindicalismo em que predominam os aspectos societários, quer dizer, um sindicalismo orientado principalmente por considerações de interesse (vantagens precisas, pragmatismo, etc.) e um sindicalismo comunitário em que se apela basicamente para os sentimentos exaltando os elementos de comunhão, de emoção, de combate, etc. Patrick de Laubier, *Histoire et Sociologie du Syndicalisme XIXe.-XXe. siècles*, Friburgo, Masson, 1985 (Cap. 1, “Syndicalisme et mouvement ouvrier”). Os fatores de natureza racional e burocrática tenderiam a ser mais acentuados no primeiro caso. Pensamos que a predominância de um sindicalismo de tipo comunitário, no caso da CUT, deve ser tomada com certas restrições em virtude das diferenças existentes no seu interior. Desse modo, julgamos que a classificação de Laubier deve ser aceita mais como tendência relativa, uma vez que ambos os aspectos podem coexistir no interior de uma mesma organização, sendo a diferenciação decorrente da dimensão que cada um desses aspectos ocupa no interior de cada movimento sindical.

<sup>16</sup> Para uma avaliação bastante crítica da ambiguidade dos dirigentes sindicais, inclusive dos sindicatos filiados à CUT, com relação ao que denomina “sindicalismo de Estado”, cf. Armando Boito Jr., *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, *op. cit.* Por sua vez, Maria Hermínia Tavares de Almeida, ao analisar as estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80, aponta também a ambiguidade dos sindicalistas diante do “corporativismo de Estado”. Ao contrário da visão de Armando Boito Jr., que acentua os aspectos negativos do corporativismo para o desenvolvimento do poder sindical, Maria Hermínia T. de Almeida considera que o modelo corporativo não significou apenas limitações, mas assegurou vantagens não desprezíveis para as lideranças sindicais. Cf. *Crise Econômica e Organização de Interesses: Estratégias do*



De outro lado, para retornar a uma problemática já esboçada no início deste capítulo, é possível que a criação de uma Força Sindical bastante heterogênea politicamente, mas muito homogênea em termos das orientações sindicais, atue no sentido de restringir a liberdade de atuação política de seu presidente, uma vez que, agora, tem a chefia de uma entidade mais ampla do que a antiga Confederação Nacional dos Metalúrgicos e necessita conciliar interesses mais divergentes e forças mais numerosas. Em consequência, mais do que anteriormente, seu comportamento político não poderá afastar-se excessivamente da “média” prevalecente em sua entidade.<sup>17</sup>

---

Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, *op. cit.*, p. 115. Sobre o sindicalismo corporativo no Brasil, cf. também Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos e Sindicatos*, São Paulo, Ática, 1989, Cap. “O Sindicalismo Corporativo no Brasil”.

<sup>17</sup> Este não é um problema enfrentado apenas pela FS. Os dirigentes sindicais que chegam às diretorias dos sindicatos não o fazem através de uma carreira administrativa, mas através de eleições. Consequentemente, não podem distanciar-se demasiadamente do pensamento dominante no interior do meio sindical. Na verdade, são prisioneiros da massa de seus eleitores e, especialmente, da militância “média” e dos trabalhadores sindicalizados. Um distanciamento excessivo da cultura do seu sindicato e dos valores predominantes na base teria como consequência a perda de eleições... e do posto ocupado. Desse ângulo, a situação dos diretores de sindicatos é parecida com a dos políticos que não podem descontentar seus eleitores. Mas, neste ponto, a situação dos políticos parece mais cômoda no sentido em que têm mais possibilidades de captar votos num colégio eleitoral muito maior e diversificado do que o dos dirigentes sindicais. Em outras palavras: enquanto os políticos que mudam suas orientações podem tentar compensar os eventuais prejuízos daí decorrentes buscando votos em outros segmentos do eleitorado, os diretores de sindicatos estão amarrados a um eleitorado muito menor e mais homogêneo que é dado pelos trabalhadores sindicalizados de seu sindicato. Consequentemente, suas margens de manobra e de liberdade de iniciativa e atuação são também menores. Por essa razão, devem manter-se muito mais próximos da opinião modal prevalecente em sua base eleitoral.